

# FPO

## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ORIENTAÇÃO

Relatório de Atividades e Contas FPO 2023

### Parecer | Relatório Conselho Fiscal FPO





## 1 PARECER CONSELHO FISCAL FPO

Na generalidade o relatório de atividades e contas da Federação Portuguesa de Orientação relativos ao ano de 2023 apresentam informação consistente e com relativo detalhe que permite ao CF apreciar os mesmos com segurança e assertividade.

Mencionar a preocupação quanto à sucessão dos resultados negativos apesar dos eventos internacionais executados e cujos resultados, seria natural, pudessem contribuir para conferir à FPO alguma estabilidade financeira, não deixando obviamente de apoiar os Clubes com parte desse valor (considerando, claro, a opção por uma estratégia dessa índole).

O resultado líquido negativo antes de impostos de 12.508,01 euros (negativo em 12.549,38 euros depois de impostos) está devidamente explicado ao longo do documento providenciado. É de salutar, dentro deste racional, a divulgação das “contas” relativas ao MTBO, uma vez que apresentam preponderância relevante no todo (receitas no valor de 120k€ e custos na ordem dos 111k€).

Do ponto de vista formal, este Conselho Fiscal tomou conhecimento das diversas demonstrações financeiras e respetivos anexos e, neste sentido, acreditamos que refletem, de forma verdadeira e apropriada, os resultados e a situação financeira da FPO. Aliás, como é também plasmado no relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas e respetiva Certificação Legal das Contas.

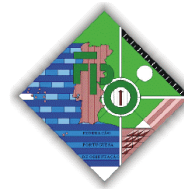
**Em suma, e face ao exposto, o Conselho Fiscal é de PARECER, consensual e unanime, que a Assembleia Geral APROVE o Relatório e Contas e respetivos documentos em apreciação, relativos ao exercício de 2023.**

**Aveiro, 6 de Maio de 2024**

Rui Jorge Pinheiro Morais - Presidente

Carlos Manuel Castilho da Fonseca Monteiro – Secretário

Carlos Manuel Machado de Matos – Relator



## 2 NOTAS CONSELHO FISCAL

### I. Enquadramento Legal

Em conformidade com o disposto no Artigo 42º do Decreto-Lei 248-B/2008 de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 93/2014, de 23 de junho e ainda de acordo com os Estatutos da Federação Portuguesa de Orientação (FPO), cumpre ao Conselho Fiscal elaborar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar o parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas/Balço relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade da Direção.

Decorre igualmente da Lei e dos Estatutos que a não existência de um Revisor Oficial de Contas entre os elementos que compõem o Conselho Fiscal, obriga à contratação de serviços de Certificação Legal de Contas por parte de um Revisor Oficial de Contas, antes de as mesmas serem submetidas à aprovação por parte da Assembleia Geral.

### II. Componente Operacional

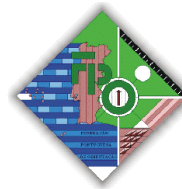
No desenvolvimento dos seus trabalhos relativos ao exercício de 2023, o Conselho Fiscal contou com a colaboração dos demais Órgãos da FPO, no que concerne à disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, **tal facto importa mencionar e agradecer**. As explicações obtidas de todos os intervenientes neste processo dão-nos uma base razoável para podermos formalizar a nossa opinião e recomendação à Assembleia Geral, reiterando o relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas e respetiva Certificação Legal das Contas.

### III. Principais Destaques/Notas

A FPO gerou, durante o exercício de 2023, um resultado líquido negativo antes de impostos de 12.508,01 euros (negativo em 12.549,38 euros depois de impostos), em função de rendimentos totais de 326.356,45 euros e gastos na ordem dos 338.864,46 euros.

Em função do “Relatório de Atividades e Contas 2023” e “Demonstrações Financeiras 31 dezembro de 2023” acreditamos ser importante deixar as seguintes notas/destaques:

- A viatura furgão, que estava totalmente depreciada, foi alienada justificando as variações do item “Ativo Fixo Tangível”;
- Em 2023 o departamento administrativo foi totalmente reformulado e os encargos com a saída dos antigos colaboradores onerou a FPO (aumento dos gastos com o pessoal em ~3,4k€);
- “Apoio aos Clubes”, mencionado no item 12.12 relativo a “outros gastos”, recomendamos ser detalhado em Assembleia, nomeadamente o valor de 58,9k€ da rubrica “Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes”;



- Um apontamento para a *trend* negativa do indicador “Net Debt” (-82k€ em 2021; -120k€ em 2022; -109k€ em 2023), isto porque a dívida líquida é uma métrica de liquidez que determina quão bem uma empresa pode pagar todas as suas dívidas se elas vencessem imediatamente, ou seja, o valor que “sobraria” se todas as dívidas fossem pagas;
- Apesar das diversas iniciativas, como mencionado na página 20 do RAC 2023, preocupação quanto às ações de formação não realizadas que, para além do impacto técnico ao nível da modalidade, se estima, como mencionado, numa devolução de ~5,5k€ de subsídios ao IPDJ Juventude, IP (detalhe nas páginas 17 e 18 do RAC 2023);
- Recomendamos breve apontamento em AG quanto aos diferimentos de gastos de cartografia relativos ao POM 2025 no valor de 4,9K€ euros, isto por estar em causa uma prova atribuída a Clube e não à própria FPO;
- Apesar de na rubrica de “depósitos à ordem” constar 109k€, dar nota que, em “contraposto”, temos 48k€ em “fornecedores c/c” (relacionado com apoios a clubes, cuja fatura foi emitida no fim do ano e o pagamento irá ocorrer em 2024), devolução estimada ao IPDJ de 5,5k€ e 3k€ adicionais de apoios a pagar a clubes e cuja fatura foi emitida em 2024.